

PROPOSTA DE GESTÃO PARA CANDIDATURA AO CARGO DE DIREÇÃO GERAL (2021-2025)



REPRESENTATIVIDADE, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

Prof.(a): Ms Larissa Rezende Assis Ribeiro

Sumário

1 – Apresentação.....	2
2 - Perfil da Candidata	4
3 – Diretrizes de trabalho	8
3.1. Gestão democrática, participativa e transparente	9
3.2. Ensino, pesquisa e extensão	11
3.3. Políticas e ações para discentes, servidores e colaboradores terceirizados	14
3.4. Recursos materiais e físicos	16
3.5. Diversidade e Inclusão.....	17
4 - Considerações finais	19
Referências Bibliográficas.....	20

1 - Apresentação

No dia 14 de março de 2021, acontecerá a consulta à comunidade para a escolha do próximo Diretor-Geral do Câmpus Valparaíso de Goiás do IFG. O processo de eleição é uma oportunidade para que possamos discutir o perfil de gestor que estará à frente da administração do Câmpus, sobretudo porque, por meio desse processo e do perfil de gestor escolhido, expressaremos aquilo que, de fato, desejamos para o Câmpus, tal como a forma de gestão e participação de toda a comunidade nela.

As instituições públicas de ensino estão passando por momentos críticos diante dos desafios do ensino remoto, dos cortes orçamentários e dos retrocessos na democracia. Portanto, é fundamental refletirmos, lançarmos um olhar crítico para a nossa realidade e construirmos uma visão compartilhada de futuro, no sentido de traçarmos caminhos que atendam os propósitos dessa instituição e os anseios da comunidade. Contudo, sempre respeitando as individualidades e diversidades da comunidade acadêmica.

Diante disso, apresento-lhes um plano de gestão para o quadriênio de 2021-2025. Este plano foi desenvolvido com base na escuta colaborativa e construtiva a discentes, docentes e técnicos administrativos, principalmente no período à frente da Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas. Ressalto que o plano aqui apresentado só será possível se fizermos parte do processo de escuta dos membros de nossa comunidade acadêmica que apontam outras demandas e expectativas, o que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento de uma gestão participativa.

Trabalharemos para a promoção de uma educação de qualidade, laica, cidadã, transformadora, inclusiva, inovadora e gratuita, que efetivamente contribua para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, por meio de uma gestão democrática, participativa, igualitária, inclusiva e transparente.

Diante dos princípios e das reflexões expostos acima, me apresento como candidata à Direção-Geral do Câmpus Valparaíso de Goiás do IFG e apresento-lhes as propostas de trabalho, resultantes da minha experiência, das observações e de discussões com a comunidade.

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com os outros para fazer de outro modo"
(Paulo Freire)

2 – Perfil da Candidata



Larissa Rezende Assis Ribeiro, 37 anos, natural de Divinópolis – MG, Mestre em Engenharia Elétrica, pesquisadora e professora.

Em 2002, ingressei no Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) no curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica. Em 2005, me transferi para a Universidade de Itaúna, no curso de Bacharelado em Engenharia Eletrônica, onde concluí minha graduação em 2007.

Entre 2005 e 2008, participei do CREA-MG Júnior, um espaço para futuros profissionais e recém-formados que serve como um canal de interlocução com o Conselho, valorizando a profissão e enfatizando a ética profissional, além do desenvolvimento de jovens lideranças.

Em 2008, ingressei na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Programa de Mestrado em Engenharia Elétrica, concluído em 2010.

Minha experiência com a docência iniciou em 2005 como professora de eletrônica no Colégio Técnico Científico do Oeste de Minas (COTEOM), no qual permaneci até o final de 2006. Em seguida, lecionei como professora substituta no Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC), nos anos de 2007 a 2008. De 2011 a 2013, lecionei como professora substituta no CEFET-MG/Campus Divinópolis. De 2012 a 2014, lecionei como professora efetiva na

Universidade de Itaúna. De 2014 a 2015, lecionei como professora efetiva na Faculdade Pitágoras. E em junho de 2015, ingressei como professora efetiva do Câmpus Valparaíso de Goiás do IFG. Desde então, assumi cargos, participei de comissões, orientei projetos de PIBIC e participo de 3 núcleos de pesquisa, conforme a seguinte descrição:

- 28 de janeiro de 2016: assumi a função de Coordenadora Acadêmica, conforme Portaria nº 139, de 28/01/2016;
- 18 de março de 2016: participei da comissão Local de Elaboração do Documento Desencadeador do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017/2021 do Câmpus Valparaíso de Goiás do IFG, conforme Portaria nº 560, de 18/03/2016;
- julho de 2016 a junho de 2017: orientei projeto de PIBIC intitulado “Viveiro Automatizado”;
- 24 de fevereiro de 2017: assumi a função de Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas, conforme Portaria nº 387, de 24/02/2017, sendo eleita para continuar à frente da chefia, conforme Portaria nº 341, de 26/02/2019, permanecendo até dia 02 de março de 2021;
- No período em que ocupei o cargo de Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas, presidi o Conselho Departamental do Câmpus e participei ativamente do Conselho de Câmpus (Concâmpus), da Câmara de Ensino e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) e da Câmara de Ensino;
- 03 de abril de 2017: participei ativamente na elaboração do Projeto de Curso do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, conforme Portaria nº 622, de 03/04/2017;
- julho de 2017 a junho de 2018: orientei projeto de PIBIC, intitulado “Monitoramento e Controle Remoto da Umidade do solo em Viveiros”;
- 20 de setembro de 2017: compus a Comissão de elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito

dos Estudantes do Câmpus Valparaíso de Goiás, conforme Portaria nº 1.830, de 20/09/2017;

- Outubro de 2017: ministrei o curso de Excel Básico na SECITEC;
- 21 de maio de 2018: compus o Grupo de Trabalho das Diretrizes Curriculares Institucionais do Ensino Médio Integrado do IFG, conforme Portaria nº 1.193, de 21/05/2018;
- Outubro de 2018: ministrei o curso de Circuitos Elétricos na SECITEC;
- 18 de junho de 2019: compus a Comissão Central das Diretrizes do Ensino Médio Integrado do IFG, conforme Portaria nº 1.217, de 18/06/2018;
- julho de 2018 a junho de 2019: orientei o projeto de PIBIC, intitulado “Acionador Simplificado para Irrigação – Estudo de Caso”;
- 03 de setembro de 2018: entrei como pesquisadora no núcleo de pesquisa NASPO, no qual permaneci até dia 07 de fevereiro de 2020;
- 2019: desenvolvi o curso de extensão sobre “Acionador Simplificado de Irrigação”;
- 24 de junho 2019: compus a Subcomissão Permanente de Execução, Acompanhamento, Avaliação e Atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Câmpus Valparaíso de Goiás, conforme Portaria nº 1.238, de 24/06/2019;
- julho de 2019 a junho de 2020: orientei o projeto de PIBIC, intitulado “Projeto e Construção de Bancada Didática Para o acionamento de Motores Elétricos”;
- 21 de agosto de 2019: entrei como pesquisadora no núcleo de pesquisa NEMATEC, no qual permaneço até hoje;

- Desde 2020: desenvolvo o curso de extensão sobre “Encontros Formativos de Educação Inclusiva do IFG – Valparaíso”;
- 05 de novembro de 2019: entrei como pesquisadora no núcleo de pesquisa QuiMERA Team 3.0, no qual permaneço até hoje;
- 4 de dezembro de 2019: compus a Comissão Local do Plano de Ofertas de Cursos e Vagas do Câmpus Valparaíso de Goiás, conforme Portaria nº 2.689, de 04/12/2019, no qual permaneço até hoje;
- 4 de março de 2020: compus a Comissão Sistematizadora do Regimento Interno do IFG, conforme Portaria nº 373, de 04/03/2020, no qual permaneço até hoje;
- 12 de março de 2020: entrei como pesquisadora no núcleo de pesquisa DIVERSAS, no qual permaneço até hoje;
- 25 de maio de 2020: compus a Comissão Local de Promoção de Políticas Étnico-Raciais, conforme Portaria nº 815, de 25/05/2020, no qual permaneço até hoje;
- 30 de julho de 2020: compus a Comissão Para Elaboração do curso de Especialização em Ensino na Educação Básica do Câmpus Valparaíso de Goiás, conforme Circular nº 03/2020 – VAL-CG/CP-VALPARA/IFG, no qual permaneço até hoje.

3 - Diretrizes de trabalho

A visão de gestão participativa desta proposta para o Câmpus Valparaíso de Goiás dialoga com as ideias de Heloísa Lück (2013), compreendendo-a como um processo necessário para atingir os objetivos educacionais. Tal processo precisa ser realizado através da participação ativa de pessoas coletivamente organizadas, isto é, trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre ela, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todas e todos.

É importante que o dirigente assuma um sentido de responsabilidade política de modo a discernir a importância e extensão da repercussão da tomada de decisão para o Câmpus como uma coletividade, para a qualidade de seu processo educacional e para o sentido da autonomia e desenvolvimento de seus profissionais. Nesse sentido, para proporcionar a efetiva participação de todos os membros da comunidade acadêmica, é necessário ter clareza dos objetivos, das orientações, dos princípios e da compreensão de suas implicações quanto à ação.

De modo a implementar uma gestão participativa, é necessário reafirmar alguns princípios:

ética: representada mediante a ação orientada pelo respeito ao ser humano, a instituições sociais e aos elevados valores necessários ao desenvolvimento da sociedade com qualidade de vida, que se faz traduzir nas ações de cada um. De acordo com esse respeito, a ação participativa é orientada por cuidado e atenção aos interesses humanos e sociais mais elevados; solidariedade: manifestada mediante o reconhecimento do valor inerente a cada pessoa e ao sentido de que como seres humanos nos desenvolvemos em condições de troca e reciprocidade, para cuja efetivação são necessárias redes abertas de apoio recíproco; equidade: representada pelo reconhecimento de que pessoas e grupos

em situações diferenciadas ou desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, a fim de que possam colocar-se em paridade com seus semelhantes no processo de desenvolvimento. Vale dizer que os benefícios da atenção são distribuídos de formas diferentes, de modo a possibilitar, aos que apresentam maiores dificuldade de participação, as condições mais favoráveis para superar essa dificuldade; compromisso: se traduz na ação dos envolvidos no processo pedagógico, focada e identificada com os seus objetivos, valores, princípios e estratégias de desenvolvimento. Pressupõe o entendimento pleno dessas questões e empenho para a realização, traduzido em maior e melhor aprendizagem pelos alunos, assim como uma formação sólida e segura (LUCK, 2013, p. 50).

3.1. Gestão democrática, participativa e transparente

As ações a serem desenvolvidas visam uma gestão democrática, participativa e transparente, dando voz e incentivando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões. Assim, de acordo com Libâneo (2005, p. 332), as decisões devem ser tomadas em equipe:

Uma vez tomadas, tratam-se as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em práticas. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. Não se que dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do gestor ou em uma estrutura administrativa autocrática na qual ele centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do gestor como líder cooperativo, o de alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum. O diretor não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação que

apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais.

Ações:

- Alinhar as ações do Câmpus às políticas institucionais, fazendo cumprir os regulamentos, as normativas e instruções;
- Fortalecer o Concâmpus na condição de colegiado normativo, consultivo e deliberativo, de atuação imprescindível para a gestão participativa, democrática e compartilhada, com vistas à efetivação da função social do Câmpus;
- Instituir uma agenda de reuniões bimestrais do Concâmpus, com a sua divulgação na página oficial do Câmpus;
- Fortalecer o processo democrático de escolha e representação de pais, discentes, entidades estudantis e representantes da sociedade civil nos órgãos colegiados do Câmpus;
- Ampliar a escuta e participação de pais, discentes e entidades estudantis nas tomadas de decisões no âmbito do Câmpus;
- Incentivar a participação da comunidade acadêmica no debate sobre a previsão orçamentária do Câmpus, a ser aprovado no âmbito do Concâmpus;
- Apresentar a prestação de contas anual após a aprovação do Concâmpus em reunião ampliada para toda a comunidade acadêmica;
- Divulgar a prestação de contas bimestralmente para a comunidade acadêmica;
- Implementar o Plano Anual de Gestão do Câmpus, construído colaborativamente em atendimento às propostas contidas neste plano e aos anseios da comunidade;
- Realizar permanente atualização e divulgação de procedimentos e fluxos de processos, dando transparência e otimizando os serviços ofertados pelo Câmpus;

- Promover reuniões de gestão periódicas para diagnóstico de demandas e proposição de melhorias nos diferentes setores do Câmpus (Gerência Administrativa, Chefia do DAA, Gepex, CRHAS, Chefia de Gabinete, CAAAE, Coordenação de Biblioteca);
- Difundir os princípios da ética, do combate ao assédio (moral, intelectual e sexual), da comunicação não violenta, do respeito à diversidade de posicionamentos e individualidades, da oferta do ouvir e argumentar, além de ampliar debates e atividades inerentes à uma gestão participativa;
- Promover o debate com toda a comunidade acadêmica sobre a (re)ocupação do espaço escolar, levando em consideração as condições sanitárias seguras para o retorno às atividades presenciais;
- Debater amplamente sobre políticas de segurança e acesso ao Câmpus;
- Desenvolver estratégias de avaliação e autoavaliação da gestão no âmbito do Câmpus;
- Recompôr a Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus e oferecer suporte para o desenvolvimento dos trabalhos.

3.2. Ensino, pesquisa e extensão

“As atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotando como referência os projetos pedagógicos dos cursos e em consonância com eles, devem envolver de forma criteriosa a perspectiva técnico-profissional e a formação política e cidadã dos estudantes. Nesse foco, a razão de ser de cada ação deveria ter a indissociabilidade – na perspectiva da formação acadêmica baseada em um currículo flexibilizado – como objeto ou instrumento de construção do conhecimento, caracterizando as possibilidades de atuação”
(REIMER; ZAGONEL, 2014, p. 53-54).

Ações:

- Ensino

- Discutir amplamente o trabalho como princípio educativo, a integração curricular nos cursos dos diferentes níveis de ensino ofertados e a pesquisa como princípio pedagógico;
- Incentivar a revisão dos PPCs, observando as diretrizes curriculares institucionais;
- Promover debate sobre os relatórios elaborados pela Comissão Local do POCV e do Núcleo de Base do Observatório do Mundo do Trabalho, o fortalecimento dos cursos já ofertados e as condições para a ampliação da oferta de cursos do Câmpus;
- Apoiar os setores ligados ao ensino, promovendo a integração entre suas atividades;
- Reforçar o alinhamento entre a Direção-Geral, o DAA e suas coordenações para tratar as questões pedagógicas pertinentes;
- Fortalecer e dar suporte às ações da Subcomissão do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes;
- Promover diálogos com a comunidade que subsidiem e propiciem a avaliação das ações da Subcomissão do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes;
- Apoiar a proposição de projetos de ensino que visem a continuidade da oferta de ensino de qualidade e o êxito dos discentes nos cursos;
- Zelar pela oferta de cursos, ações e projetos voltados para as especificidades da EJA;
- Promover parcerias com as redes públicas de ensino para o desenvolvimento de ações de pesquisa, ensino e extensão que permitam a contextualização dos conhecimentos do curso de Licenciatura em Matemática, o compartilhamento de questões de investigação e atuação na realidade educacional;

- Promover parcerias com as redes públicas de ensino para o desenvolvimento de ações de mobilidade acadêmica;
 - Fomentar o debate sobre a avaliação e reelaboração do Plano de Ação do curso de Licenciatura em Matemática, decorrente do relatório de avaliação externa *in loco* do MEC;
 - Fortalecer as ações para concretizar a implantação do curso de Engenharia Elétrica, visando a avaliação externa *in loco* do MEC;
 - Proporcionar debates com a comunidade acadêmica sobre os impactos da implantação e melhoria dos cursos que subsidiem estudos sobre contratação de servidores, uso dos espaços físicos e aquisição de equipamentos e materiais;
 - Ampliar o acervo bibliográfico da biblioteca do Câmpus.
- Pesquisa e extensão - Inovação, Tecnologia e Cultura:
- Fortalecimento dos Núcleos de Pesquisas existentes e estimular a criação de novos núcleos e/ou grupos;
 - Incentivar a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, levando em consideração os estudos da Comissão Local do POCV;
 - Incentivar a realização de eventos que visem complementar a formação dos discentes, dos egressos e da comunidade externa;
 - Estimular e integrar a participação dos servidores técnico-administrativos em projetos de pesquisa e extensão;
 - Realizar estudos sobre a disponibilização de recursos orçamentários do Câmpus que viabilizem projetos próprios de pesquisa e extensão, que não tenham sido contemplados por editais lançados pela Reitoria e Agências de Fomento;
 - Realizar estudos de viabilização de apresentação de trabalhos e a participação dos servidores e discentes em eventos acadêmicos e científicos externos ao IFG, que não tenham sido contemplados por editais lançados pela Reitoria;

- Promover o debate sobre a curricularização da extensão, atento às regulamentações institucionais;
- Oferecer suporte para a implementação do Plano Local de Extensão;
- Implementar um programa de divulgação científica para socialização das produções do Câmpus;
- Incentivar a capacitação dos servidores na elaboração, captação de recursos e gestão de projetos de pesquisa e extensão;
- Ampliar parcerias com empresas para oferta de estágio curricular obrigatório de todos os cursos técnicos e superiores;
- Incentivar a proposição de atividades artísticas, esportivas e culturais para a comunidade interna e externa;
- Promover oficinas para a escrita de projetos de pesquisa e extensão;
- Elaborar fluxograma de regulamentos vinculados à pasta;
- Criar espaço para o "Start de ideias", voltado para criação de projetos, protótipos, patentes ou melhoramento de material, exclusivamente para os discentes;
- Fortalecer ofertas de cursos FIC com foco no aumento do RAP;
- Fomentar discussões para aumentar a interação do ensino com a pesquisa e a extensão de acordo com a demanda dos cursos;
- Ampliar conversas com as pró-reitorias de Pesquisa e Extensão para captação de recursos via emenda parlamentar.

3.3. Políticas e ações para discentes, servidores e colaboradores terceirizados

A participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões é de suma importância para estabelecer uma gestão democrática. Por meio de seu envolvimento com os processos

escolares, é possível detectar e propor ações que visam melhorar as condições de trabalho e vivência no ambiente acadêmico.

O isolamento causado pelo ensino remoto aflora sentimentos de solidão e incertezas nos discentes, servidores e colaboradores terceirizados. Portanto, mais do que nunca, é necessário traçarmos ações visando a saúde mental e bem-estar para toda a comunidade acadêmica.

O estado de bem-estar, a saúde mental e o bom diálogo entre a comunidade acadêmica possibilitam o desenvolvimento de suas habilidades, promovendo um trabalho de qualidade e contribuindo para uma comunidade mais sadia.

Ações:

- Incentivar a participação dos discentes e das entidades estudantis nas tomadas de decisões;
- Criar um canal de comunicação entre os discentes, as entidades estudantis e a Direção-Geral do Câmpus;
- Realizar reuniões periódicas com os discentes e entidades estudantis para levantamento de demandas e aperfeiçoamento dos processos;
- Aperfeiçoar a divulgação e a transparência dos fluxos de processos relacionados a demandas dos discentes;
- Criar um espaço próprio para as entidades estudantis;
- Desenvolver ações de atenção à saúde mental e física de discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados;
- Incentivar ações de valorização de uma cultura da alimentação saudável, amparada na segurança alimentar, na sustentabilidade e na diversidade;
- Incentivar a formação continuada voltada para a fiscalização de contratos e serviços, ampliando o número de servidores preparados para a atuação segura na aplicação de recursos;

- Viabilizar o estudo colaborativo com todas e todos docentes, a fim de subsidiar as solicitações de códigos de vaga no DDRH, contemplando o trabalho docente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão;
- Viabilizar o estudo colaborativo com todas e todos os técnicos administrativos, a fim de subsidiar as solicitações de códigos de vaga no DDRH;
- Defender, nas instâncias superiores, a permanência da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos;
- Realizar estudo sobre o perfil dos colaboradores terceirizados, a fim de proporcionar formação e melhoria das condições de trabalho para eles;
- Realizar estudos sobre as comissões locais e centrais, nas quais deve haver representação do Câmpus para recomposição, quando necessário, e consolidação dos trabalhos;
- Criar momentos de diálogo com a comunidade de servidores sobre estratégias e ações para a melhoria das condições de trabalho.

3.4 – Recursos materiais e físicos

A gestão democrática dos recursos públicos deve ser debatida com toda a comunidade acadêmica de modo a promover o exercício da cidadania por meio de um bom planejamento e acompanhamento da execução deles.

Ações:

- Criação de comitê para captação de recursos de órgão de fomento e emendas parlamentares para investimentos no Câmpus;
- Realizar levantamento de materiais de consumo e equipamentos nos laboratórios para resolver problemas nas aulas práticas;
- Realizar levantamento minucioso de materiais de consumo e equipamentos no Câmpus com intuito de ampliar o fomento para pesquisa e extensão;
- Debater com a comunidade acadêmica as prioridades de investimento e compras de materiais para o Câmpus;
- Dar continuidade à implementação das ações de acessibilidade.

3.5. Diversidade e Inclusão

“A diferença como elemento constituidor do ser humano e a educação como direito assegurado a todo indivíduo nos desafiam a pensar estratégias que possibilitem articular o processo educacional e as diferenças para além das práticas homogeneizadoras e monoculturais presentes no cotidiano escolar”

(SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, p. 2013, p. 42-43).

Ações:

- Promover ações de combate ao preconceito e à discriminação, seja de origem, raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, religião, idade ou qualquer outra forma;
- Valorizar o direito à diversidade na condição de princípio ético e formativo;
- Incentivar ações de pesquisa, ensino e extensão que tenham as diversidades como tema orientador;

- Defender as ações afirmativas no âmbito do IFG;
- Apoiar as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Câmpus;
- Apoiar as ações da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) no Câmpus;
- Desenvolver estratégias para a acessibilidade física e pedagógica;
- Fortalecer as práticas educacionais inclusivas e a atuação do NAPNE, promovendo formação continuada e parcerias com órgãos públicos do município de Valparaíso de Goiás;
- Ampliar, em parceria com o NAPNE, a formação para práticas pedagógicas e administrativas inclusivas;
- Estimular a representatividade como princípio para a construção de identidade, valorização da diversidade e combate às desigualdades;
- Potencializar as atividades de popularização da ciência entre minorias e grupos marginalizados.

4 - Considerações finais

Este plano de gestão foi construído com base nas minhas experiências e na escuta à comunidade, principalmente no período de quando estive à frente da Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas. É importante reforçar que os pontos apresentados serão debatidos com a comunidade acadêmica, pois é necessário traçar ações e planejamento em torno dos reais anseios dela. Portanto, é um plano inicial que será construído com a colaboração dos discentes, docentes, técnicos-administrativos e colaboradores terceirizados.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortêz, 2005.

LUCK, Heloisa. **A Gestão Participativa na Escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

REIMER, Marilene; ZAGONEL, Rosa M. A indissociabilidade consciente: uma reflexão sobre o cotidiano da docência. **Extensão em Foco**, Curitiba: Editora da UFPR, n.9, p.50-60, jan/jun 2014.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação Intercultural**: Desafios e possibilidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.